

ANÁLISE DA EXPORTAÇÃO DE PALMITO DAS ESPÉCIES *Euterpe oleracea* Mart. E *Bactris gasipaes* Kunth PRODUZIDOS NO BRASIL NO ANO DE 2016

Isabel Sousa da Fonseca e Silva ¹
Kamilla Crysllayne Alves da Silva ²
Nayane da Silva Lima ³
Rodolpho Stephan Santos Braga ⁴
Tatiane Kelly Barbosa de Azevêdo ⁵

INTRODUÇÃO

As palmeiras apresentam diversas características com potencial econômico, devido aos diversos produtos e subprodutos oriundos de seus frutos, folhas e madeira. Dentre estes potenciais econômicos, podemos citar a extração do palmito, estrutura localizada no ápice da palmeira, cuja comercialização é fonte de criação de 8 mil empregos diretos e 25 mil indiretos no Brasil (EMBRAPA, 2017). Somente do ano de 2016, o Brasil exportou 443413 t (IBGE, 2016) deste produto florestal não-madeireiro (PFNM), que se originaram em cerca de 2967 propriedades com no mínimo de 50 plantas para o desenvolvimento da cultura (IBGE, 2012).

No Brasil do início da década de 60, devido a um alto índice de exploração do palmito da espécie juçara (*Euterpe edulis* Mart.) e à crise vivida no eixo Centro-Sul do país, procurou-se novas alternativas de extração deste PFNM (BOVI, 1997). Uma delas foi a produção de palmito através do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), espécie nativa da amazônia brasileira, da qual extraía-se, até aquele momento, apenas o fruto. Com essa nova produção, houve um desenvolvimento na pesquisa científica a respeito do período de colheita e rebrota da referida árvore, aspectos estes mais vantajosos em relação à exploração realizada anteriormente.

Além de ser o maior produtor, o Brasil exporta 95% de todo palmito consumido no mundo. Estima-se que, do faturamento anual de U\$500 milhões, apenas o Brasil arrecada

1 Graduanda do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, isaaou@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, kamialves@hotmail.com;

3 Graduanda do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, nayanelima99@gmail.com;

4 Graduando do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, rodolpho.stephan@gmail.com;

5 Professora orientadora: Doutora Engenheira Florestal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, tatianekellyengenheira@hotmail.com.

US\$350 milhões. Atualmente cerca de 90% do palmito exportado é de origem extrativista (EMBRAPA, 2017). Contudo, o beneficiamento precário e falta de investimentos fazem com que o produtor brasileiro perca mercado para outros países como, por exemplo, a Costa Rica, que possui palmito de pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth) de origem cultivada (MOURÃO, 2010).

Há estudos que estimam que, nos últimos 50 anos, o consumo brasileiro de palmito estava associado apenas ao produto envasado, que muitas vezes é inacessível aos produtores, deixando-os com a única opção de repassar sua colheita às indústrias de enlatados a preços mínimos (MOURÃO, 2010). Por possuir altos custos de produção, o envasado chega ao mercado com preço elevado, fazendo com que seu consumo seja baixo. Diante disso, há a necessidade de se buscar alternativas para o barateamento da comercialização e utilização deste PFM, como distribuição do palmito *in natura*. Esta medida acarretaria em um maior faturamento para pequenos produtores sem necessidade de repasse de sua produção.

Diante do que foi exposto, vê-se como necessidade estudar mais sobre as possibilidades deste PFM. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar os dados de exportação do palmito brasileiro das espécies de pupunha e açaí durante o ano de 2016.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um conjunto de dados sobre a exportação de palmito das espécies açaí (*Euterpe oleracea*) e pupunha (*Bactris gasipaes*) produzidos no Brasil. Estes dados estão disponíveis no site do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br). Entretanto, a pesquisa contou também com auxílio de artigos científicos e documentos de instituições públicas a respeito da produção do PFM em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2016, o total de palmito exportado correspondeu a 443.413 t para os países Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, China, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América (EUA), Guiné Equatorial, Japão, Líbano, Nova Zelândia, Países Baixos, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Singapura e Suécia. Com uma média de 4,90 dólares por kg vendido, o Brasil obteve um acumulado de US\$ 2,172 bi, valores superiores aos descritos anteriormente por IAPAR (2007). Esses valores se tornam ainda maiores e

relevantes quando se observa dados antigos coletados por Pedrosa-Macedo em 1971, onde se fala que, em 1960, foram exportadas apenas 18.176 t, com o arrecadado de aproximadamente nove milhões de dólares.

O maior importador para o ano pesquisado foram os Estados Unidos da América, com um total de 328.631 t apenas em 2016. Sendo 261.480 t provenientes apenas do estado do Pará, que, como observou Rodrigues (2011), sempre foi o maior produtor brasileiro de palmito. Já o menor importador, não considerando o Consumo de Bordo, foi a Nova Zelândia, com o acumulado de 108 t advindas de Santa Catarina. Este estado é o maior representante da região sul, seguido pelo Paraná.

Os EUA detêm o robusto percentual de 76,11% de todo o exportado pelo Brasil, porém, alguns outros países também obtiveram relevância nesse quesito, como o Japão, que importou 11,48% do total, o Paraguai, com 5,66%, o Líbano com 3,90%, e a Angola com 1,27%. Os demais países concentraram os 3,58% do total exportado. A IAPAR fez a previsão de que os EUA seriam o maior produtor de palmito ainda em 2007, pois as novas gerações do país teriam alterado a perspectiva sobre a produção do alimento. Este passou a deixar de ser considerado exótico para receber o título de alimento *gourmet*, e começou a ser muito procurado pelos adeptos do estilo de vida mais saudável (*healthy lifestyle*) (ICRAF, 1999). Além do fator cultural, os Estados Unidos aumentaram significativamente suas importações de palmito na década de 90, principalmente a partir de 1997, quando o Brasil entrou na competição da exportação mundial e se tornou o líder de fornecimento para o país (IAPAR, 2007), até que a Costa Rica, posteriormente, tomou este posto (ICRAF, 1999).

Apesar disso, o país que pagou mais caro pelo produto saído de terras nacionais foi a Guiana Equatorial, aproximando-se de U\$ 18 por kg importado. Foi seguido pela Nova Zelândia e pelos EUA, que conseguiram se manter bem acima da média, que, como dito anteriormente, foi de U\$ 4,90.

Dentre as vias de transporte para a saída do produto do país, destaca-se (quase que sem concorrentes) a via marítima, que transportou mais de 90% da carga para o ano descrito. Em seguida foram a via rodoviária (transportando um valor próximo a 50 mil t), e as vias aéreas.

Além de gerar elevado número de divisas para o país e criar em torno de 33 mil empregos (EMBRAPA, 2017), o palmito é um PFNM produzido majoritariamente por espécies nativas no Brasil, o que aumenta o estudo na flora local e consumo interno dos próprios recursos. Dada a especificidade deste produto e a distância até os importadores, o transporte é fator crítico na composição do custo. Hoje, os portos nacionais poderiam

funcionar com entre 200% a 1000% a mais da sua capacidade de escoamento de produtos (ACOSTA, SILVA, LIMA, 2011), além da malha rodoviária do país ser muito deficitária.

Esses fatores tornam o palmito brasileiro mais caro e por consequência menos competitivo e com menor alcance. Entretanto, utilizando-se do FOB (sigla para a expressão em inglês *Free On Board*, que significa "livre a bordo"), como vem sendo feito, o país importador assume a responsabilidade pelo custos e riscos da entrega da mercadoria, facilitando o comércio exterior e, como dito, movimentando a economia brasileira a ponto de podermos nos tornar novamente o maior exportador de palmito mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim vê-se a necessidade de estudos mais amplos sobre a eficiência do palmito brasileiro no mercado mundial e de uma busca por novas espécies de potencial econômico bom, já que, para o consumo e comercialização, existem variáveis como o tempo de escurecimento, sabor, tempo para a colheita e se sua extração mata a planta (ou se há a rebrota). Afinal, observa-se que este PFNM alimentício é riquíssimo para o país, tanto como forma de geração de empregos, como de incentivo a preservação da biodiversidade nacional.

Palavras-chave: Açaí. Pupunha. Produto florestal não-madeireiro. Alimento em conserva.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, C.M.M.; SILVA, A.M.V.A.; LIMA, M.L.P. Aplicação de análise envoltória de dados (DEA) para medir eficiência em portos brasileiros. *Revista de Literatura dos Transportes*, vol. 5, n. 4, pp. 88-102, 2011.

BOVI, M.L.A. Expansão do cultivo da pupunheira para palmito no Brasil. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v. 15, p. 183-185, 1997. Palestra. Suplemento.

EMBRAPA. Pupunha. BRASIL, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/florestas/transferencia-de-tecnologia/pupunha/tema>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

IAPAR. O agronegócio do palmito no Brasil. Londrina: IAPAR, 2007. 131 p. – (Circular técnica, 130).

IBGE. Censo agropecuário. Brasil, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6616>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

ICRAF – INTERNATIONAL CENTRE FOR RESEARCH IN AGROFORESTRY.
Analyses of the U.S. food market: opportunities for heart of palm. New York: KV Marketing
Inc., 1999. 109 p.

MOURÃO, Leila. HISTÓRIA E NATUREZA: DO AÇAÍ AO PALMITO. 2010. Dissertação
(Mestrado) - ICHS/UFMT, [S. l.], 2010. Disponível em:
<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/69>. Acesso em:
22 de mar. 2019.

PEDROSA-MACEDO, J.H. PALMITO-UMA GRANDE FONTE DE DIVISAS (II).
Floresta, v. 3, n. 1, 1971.

RODRIGUES, A.; DE SÓCIOECONOMIA, Pesquisador-Área. O agronegócio do palmito no
Brasil: uma atualização. 2011.